



Número 289
22 de dezembro de 2025

Impactos do aumento do salário mínimo para R\$ 1.621,00 em 2026

Impactos do aumento do salário mínimo para R\$ 1.621,00 em 2026

A partir de 1º de janeiro de 2026, o salário mínimo (SM) oficial no Brasil será fixado em R\$ 1.621,00, o que representa reajuste nominal de 6,79% em relação ao valor anterior. O novo valor é definido de acordo com a Lei nº 14.663, de 28 de agosto de 2023, que estabelece a política permanente de valorização do salário mínimo, em consonância com os limites fiscais definidos pela Lei Complementar nº 200/2023.

Conforme dispõe o artigo 3º da Lei nº 14.663/2023, o reajuste anual do salário mínimo, a partir de 2024, considera dois componentes:

- a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado nos 12 meses findos em novembro do ano anterior, com o objetivo de recuperar o poder de compra do salário e;
- o crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) apurado pelo IBGE referente a dois anos antes, que garante aumento real do piso salarial.

Para o cálculo do reajuste de 2026, foi considerada a variação do INPC entre dezembro de 2024 e novembro de 2025 de 4,18%. O crescimento real do PIB de 2024, por sua vez, foi de 3,4%. No entanto, conforme estabelece o artigo 5º da Lei Complementar nº 200/2023, que institui o novo regime fiscal, o crescimento real das despesas primárias da União está sujeito ao limite máximo de 2,5% ao ano.

Assim, o reajuste total do salário mínimo resulta da correção de 4,18% referentes à inflação e da aplicação posterior de 2,5% de aumento real, alcançando 6,79%. Com isso, o salário mínimo apresenta variação nominal de R\$ 103,00, alcançando o valor de R\$ 1.621,00.

Impactos da elevação do salário mínimo na economia em 2026

Cerca de **61,9 milhões de brasileiros** têm rendimento referenciado no salário mínimo. Com o reajuste para R\$ 1.621,00, o incremento de renda na economia será de **R\$ 81,7 bilhões**.

Caso ainda estivesse em vigor a regra anterior, que permitia o repasse integral da taxa de crescimento do PIB, que foi, em 2024, de 3,4%, o piso nacional atingiria R\$ 1.636,00, ou seja, R\$

15,00 a mais do que o valor atualmente previsto. Dessa forma, o incremento de renda na economia seria de 93,7 bilhões, cerca de R\$ 12,0 bilhões a mais do que os R\$ 81,7 bilhões.

Tabela 1
Impacto anual decorrente do aumento do salário
mínimo em R\$ 103,00 - Brasil, 2026

Tipo	Número de Pessoas (mil)	Valor Adicional da Renda Anual - R\$
Beneficiários do INSS	29.273	39.196.765.257
Empregados	17.671	23.661.336.439
Conta-própria	10.751	13.288.258.248
Trabalhadores Domésticos	3.863	5.172.518.169
Empregadores	383	473.276.760
Total	61.941	81.792.154.873

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua; Ministério da Previdência e Assistência Social. Boletim Estatístico da Previdência Social

Nota: (1) Refere-se ao impacto para trabalhadores, empregadores e beneficiários da Previdência Social que recebem até 1 salário mínimo; (2) considerando 13 remunerações/ano para beneficiários do INSS, empregados e trabalhadores domésticos.

Impacto do aumento nas contas da Previdência

- O peso relativo da massa de benefícios equivalentes a até um salário mínimo é de **46,0% e corresponde a 70,8% do total de beneficiários**, segundo o Boletim Estatístico da Previdência de setembro de 2025.
- O acréscimo de cada R\$ 1,00 no salário mínimo tem impacto estimado de **R\$ 380,5 milhões ao ano sobre a folha de benefícios da Previdência Social**.
- Assim, o impacto do reajuste para **R\$ 1.621,00 (R\$ 103,00 a mais)** significará custo adicional de cerca de **R\$ 39,1 bilhões** ao ano.

Importância do salário mínimo nas administrações públicas

No setor público, o número de servidores que ganha até um salário mínimo é pouco expressivo nas administrações federal (0,76%) e estaduais (3,90%). Na esfera municipal, a participação dos servidores que recebem até 1 SM é maior, cerca de 10,72%, especialmente na região Nordeste.

Quando se observa o impacto do reajuste de 6,79% sobre o salário mínimo na massa de remuneração dos trabalhadores do setor público, verifica-se a mesma situação: maior impacto nas administrações municipais no Nordeste e Norte (ver Anexo).

O reajuste do salário mínimo desde 2002 e a política de valorização do salário mínimo

De 2002 para cá, ao longo de boa parte do período, o salário mínimo no Brasil tem uma trajetória de forte valorização nominal e ganho real. Em abril daquele ano, o piso nacional era de R\$ 200,00. Em janeiro de 2026, segundo os valores apresentados, chega a R\$ 1.621,00, o que representa aumento nominal acumulado de 710,5%. No mesmo intervalo, a inflação medida pelo INPC acumulou cerca de 306,7%, resultando em ganho real acumulado próximo de 100,0% no poder de compra do salário mínimo.

Essa trajetória está diretamente associada à **política nacional de valorização do salário Mínimo**, implementada a partir de 2003. Nos primeiros anos, os reajustes foram definidos por meio de negociações anuais entre o governo federal e as Centrais Sindicais. A partir de 2008, essa política ganhou caráter institucional, com a edição da Lei nº 11.709, que passou a assegurar aumentos anuais baseados na reposição da inflação e no crescimento econômico.

Os efeitos da política foram amplos e duradouros. **O salário mínimo tem enorme alcance social**, servindo de referência direta para trabalhadores assalariados, servidores públicos, beneficiários da Previdência Social, do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do abono salarial, além de **influenciar a remuneração de trabalhadores sem carteira assinada**. Ao elevar o piso nacional, a política contribuiu para a **redução das desigualdades salariais**, inclusive entre homens e mulheres, negros e não negros e entre diferentes regiões do país.

A fase de maior valorização real ocorreu entre 2004 e 2014, quando os reajustes superaram de forma consistente a inflação, com aumentos reais expressivos, como em 2006 (13,04%), 2005 (8,23%) e 2012 (7,59%), reflexo do contexto de crescimento econômico e de priorização da política de renda. Nesse intervalo, **o salário mínimo atingiu patamar superior ao observado nas décadas de 1990 e no período anterior à Constituição de 1988**, evidenciando o efeito concreto da política de valorização.

A partir de 2015, no entanto, os ganhos reais tornaram-se mais modestos e, em alguns anos, negativos. Entre 2017 e 2022, houve registros de perdas reais em alguns anos e os reajustes praticamente empataram com a inflação. É nesse período, entre 2019 e 2022, que houve o fim da

política de valorização e os reajustes se limitaram à reposição da inflação passada, sem aumento real.

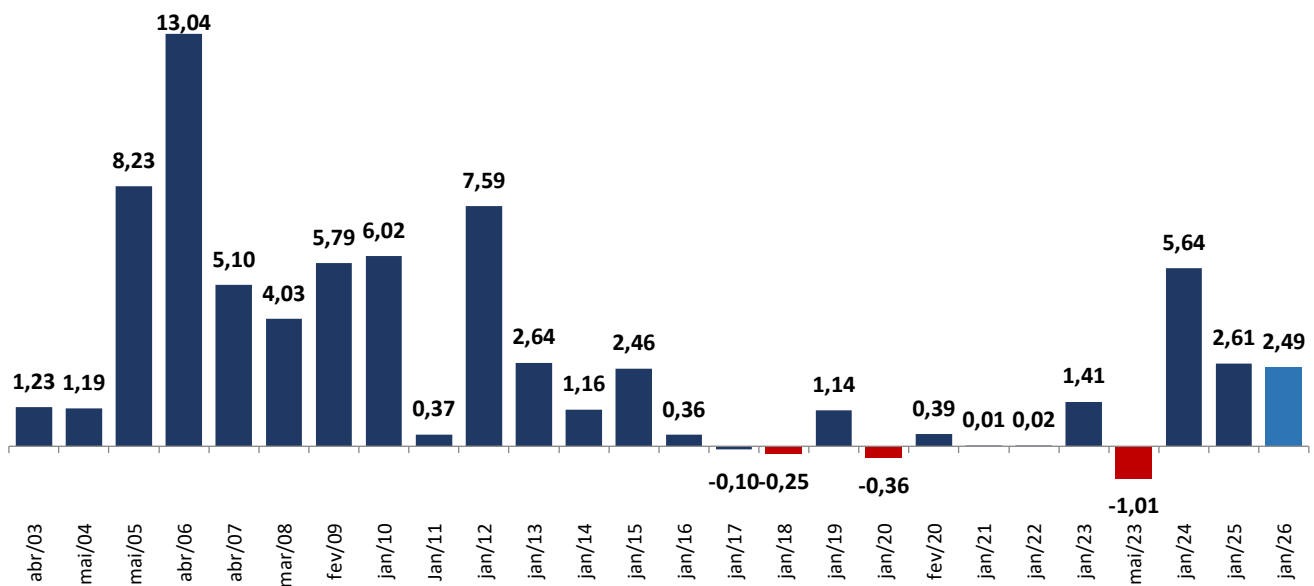
Esse modelo teve efeitos adversos sobre o poder de compra em contexto de inflação relativamente elevada. Enquanto os preços avançam continuamente, a recomposição salarial ocorre apenas uma vez, no reajuste anual, fazendo com que o salário mínimo real se deteriore ao longo do ano. Além disso, mesmo quando a inflação foi reposta, houve perda do poder de compra em relação aos alimentos, cujos preços cresceram acima da média (44,3% entre 2020 e 2022) e pesam de forma desproporcional no orçamento das famílias de baixa renda.

A retomada dos ganhos reais a partir de 2023 marca novo ciclo. Em 2024, o aumento real chegou a 5,64%, seguido por ganhos em torno de 2,5% em 2025, fixado para 2026. Essa nova fase ocorre, porém, sob um arcabouço fiscal restritivo, que impõe limites ao crescimento das despesas públicas, o que tende a moderar o ritmo de valorização no médio prazo.

Apesar do impacto do salário mínimo sobre a despesa pública, especialmente nos benefícios previdenciários e assistenciais e nos vencimentos do setor público, parte relevante desse aumento retorna ao Estado por meio da **arrecadação tributária**, com o maior consumo. Ao ampliar a renda da base da pirâmide social, a valorização do salário mínimo estimula o mercado consumidor interno, fortalece a economia e contribui para a geração de empregos.

Reconhecida como uma das políticas mais relevantes de combate à pobreza e à desigualdade no país, a política de valorização do salário mínimo consolidou-se como resultado de amplo acordo social e institucional. Ao combinar regra permanente, previsível e vínculo com o desempenho da economia, a política demonstrou ser um instrumento eficaz de promoção do crescimento com inclusão social e redução das desigualdades, ainda que, no cenário atual, enfrente limites impostos pelo arcabouço fiscal.

GRÁFICO 1
Variações reais no salário mínimo
Brasil - 2003 a 2026 (em %)



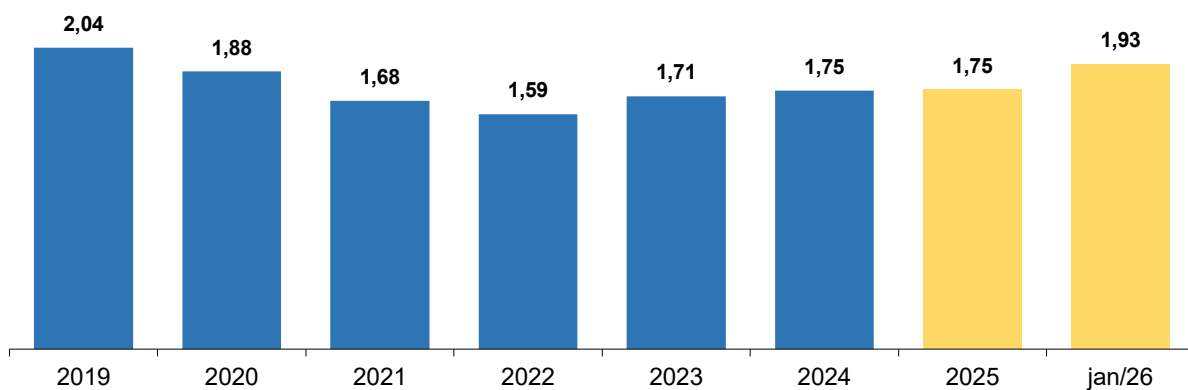
Elaboração: DIEESE

Relação entre salário mínimo e cesta básica

A relação entre o salário mínimo e o custo da cesta básica de alimentos¹ evidencia os limites do poder de compra dos trabalhadores. Em 2025, o salário mínimo foi suficiente para adquirir, em média, 1,75 cesta básica na cidade de São Paulo, tomada como exemplo. Em janeiro de 2026, essa relação melhora, chegando a 1,93 cesta básica por salário mínimo. O número é o maior desde 2019.

¹ A cesta básica é composta por 13 itens alimentícios definidos no Decreto nº 399/1938 e é base para o cálculo do valor do salário mínimo necessário para a sobrevivência de um trabalhador e da família dele. A Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada pelo DIEESE e a Conab, mostra que o custo da cesta básica em São Paulo, em novembro de 2025, foi de R\$ 841,23.

GRÁFICO 2
Quantidade de cestas básicas adquiridas pelo salário mínimo em São Paulo
Média Anual de 2019 a 2025 e Jan/26



Fonte: DIEESE

Obs.: Estimativas para dezembro/25 e janeiro/26

Anexo

TABELA 1
Reajuste do salário mínimo - 2003-2026

Período	Salário Mínimo	Reajuste Nominal	INPC	Aumento Real
	R\$	%	%	%
abr/02	200,00			
abr/03	240,00	20,00	18,54	1,23
mai/04	260,00	8,33	7,06	1,19
mai/05	300,00	15,38	6,61	8,23
abr/06	350,00	16,67	3,21	13,04
abr/07	380,00	8,57	3,30	5,10
mar/08	415,00	9,21	4,98	4,03
fev/09	465,00	12,05	5,92	5,79
jan/10	510,00	9,68	3,45	6,02
jan/11	545,00	6,86	6,47	0,37
jan/12	622,00	14,13	6,08	7,59
jan/13	678,00	9,00	6,20	2,64
jan/14	724,00	6,78	5,56	1,16
jan/15	788,00	8,84	6,23	2,46
jan/16	880,00	11,68	11,28	0,36
jan/17	937,00	6,48	6,58	-0,10
jan/18	954,00	1,81	2,07	-0,25
jan/19	998,00	4,61	3,43	1,14
jan/20	1.039,00	4,11	4,48	-0,36
fev/20	1.045,00	0,58	0,19	0,39
jan/21	1.100,00	5,26	5,25	0,01
jan/22	1.212,00	10,18	10,16	0,02
jan/23	1.302,00	7,43	5,93	1,41
mai/23	1.320,00	1,38	2,42	-1,01
jan/24	1.412,00	6,97	1,26	5,64
jan/25	1.518,00	7,51	4,77	2,61
jan/26	1.621,00	6,79	4,19	2,49
Total período	-	710,50	306,69	99,29

Fonte: IBGE; DIEESE. Elaboração: DIEESE

TABELA 2
Brasil e Grandes Regiões
Emprego no setor público por faixa de remuneração (em %)

Região	Serviço Público Federal			
	Até R\$ 1.518,00	De 1.518,00 a R\$ 1.621,00	Mais de R\$ 1.621,00	Total (1)
Norte	0,66	0,08	77,59	100,00
Nordeste	0,69	0,11	75,92	100,00
Sudeste	0,66	0,06	75,87	100,00
Sul	0,45	0,04	77,91	100,00
Centro-Oeste	0,82	0,06	58,31	100,00
Total	0,69	0,07	70,84	100,00
Valor absoluto	5.677	580	585.409	826.434
Região	Serviço Público Estadual			
	Até R\$ 1.518,00	De 1.518,00 a R\$ 1.621,00	Mais de R\$ 1.621,00	Total (1)
Norte	1,69	0,38	44,69	100,00
Nordeste	5,13	1,04	48,99	100,00
Sudeste	4,68	0,55	33,59	100,00
Sul	0,75	0,13	61,54	100,00
Centro-Oeste	0,78	0,08	31,40	100,00
Total	3,37	0,53	42,55	100,00
Valor absoluto	96.268	15.233	1.217.214	2.860.665
Região	Serviço Público Municipal			
	Até R\$ 1.518,00	De 1.518,00 a R\$ 1.621,00	Mais de R\$ 1.621,00	Total (1)
Norte	11,01	2,38	52,15	100,00
Nordeste	14,04	2,74	54,13	100,00
Sudeste	5,78	1,72	75,80	100,00
Sul	2,36	0,88	86,85	100,00
Centro-Oeste	7,29	1,76	72,28	100,00
Total	8,70	2,02	67,37	100,00
Valor absoluto	567.308	131.387	4.392.282	6.519.640

Fonte: MTE. Rais 2023

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui os vínculos sem informação sobre salário

TABELA 3
Brasil e Grandes Regiões
Impacto do reajuste do salário mínimo para R\$ 1.621,00 na folha total

Região	Serviço Público Federal		
	Até R\$ 1.518,00	De R\$1.518,00 a R\$ 1.621,00	Total
Norte	0,03%	0,00%	0,03%
Nordeste	0,03%	0,00%	0,03%
Sudeste	0,04%	0,00%	0,04%
Sul	0,02%	0,00%	0,02%
Centro-Oeste	0,05%	0,00%	0,05%
Total	0,04%	0,00%	0,04%
Região	Serviço Público Estadual		
	Até R\$ 1.518,00	De R\$1.518,00 a R\$ 1.621,00	Total
Norte	0,15%	0,00%	0,16%
Nordeste	0,48%	0,01%	0,49%
Sudeste	0,46%	0,01%	0,47%
Sul	0,07%	0,00%	0,07%
Centro-Oeste	0,14%	0,00%	0,14%
Total	0,32%	0,01%	0,32%
Região	Serviço Público Municipal		
	Até R\$ 1.518,00	De R\$ 1.518,00 a R\$ 1.621,00	Total
Norte	1,28%	0,04%	1,33%
Nordeste	1,65%	0,04%	1,69%
Sudeste	0,46%	0,02%	0,48%
Sul	0,21%	0,01%	0,22%
Centro-Oeste	0,53%	0,02%	0,56%
Total	0,78%	0,03%	0,81%

Fonte: MTE. Rais 2023
 Elaboração: DIEESE



Escritório Nacional: Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente – José Gonzaga da Cruz

Sindicato dos Comerciantes de São Paulo – SP

Vice-presidente – Maria Aparecida Faria

Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP

Secretário Nacional – Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo – Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região – SP

Diretora Executiva – Cecília Margarida Bernardi

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretor Executivo – Claudionor Vieira do Nascimento

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC – SP

Diretor Executivo – Edenilson Rossato

CNTM – Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos

Diretora Executiva – Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretor Executivo – Gabriel Cesar Anselmo Soares

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

Diretor Executivo – José Carlos Santos Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretora Executiva – Marta Soares dos Santos

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo – Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Diretora Executiva – Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Direção Técnica

Adriana Marcolino – Diretora Técnica

Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta

Victor Gnecco Pagani – Diretor Adjunto

Eliana Elias – Diretora da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho

Equipe Responsável

Camila Ikuta

Ilmar Ferreira Silva

Paulo Jager

Patrícia Costa

Ricardo de Melo Tamashiro

Victor Pagani